
29ª. Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às 14h30, de forma virtual, por meio da plataforma Zoom, realizou-se a 29ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro. Participaram da reunião os seguintes membros do Comitê: Eduardo Gonçalves, membro titular – Ministério Público Federal (MPF); Renato Belini, membro titular – Ministério Público Estadual (MPPA); José Edson Maciel, membro titular (Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A); Alessandra Ribeiro, membro suplente (Norsk Hydro Brasil); Mário Santos, membro titular (1ª Representação da Sociedade Civil); Jackeline Sales, membro titular (2ª Representação da Sociedade Civil); Leandro Mendes Azevedo, membro titular (3ª Representação da Sociedade Civil); Fátima Solange, membro titular, e Fabiano Azevedo, membro suplente (4ª Representação da Sociedade Civil); Rozemiro Brito, membro titular, e Amauri Figueiredo, membro suplente (5ª Representação da Sociedade Civil); Elidiane Marinho Cardim, membro titular (6ª Representação da Sociedade Civil); Rosa Maria Dias, membro titular (7ª Representação da Sociedade Civil); Elisomar Barreto de Souza, membro titular (8ª Representação da Sociedade Civil); e Hamilton José Moreira Caminha, membro suplente (9ª Representação da Sociedade Civil). Também estavam presentes, como convidados internos da Hydro, Paschoal Cataldi (Gerente Executivo da Resíduos B&A da Hydro); Diogo Chevalier (Gerente Área de Meio Ambiente) e Rafael Novaes (Área de suprimentos), como convidados externos da Hydro, fazendo parte da equipe da Ambipar, empresa auditora do item 5.1 TAC, Alexandre Trazzi (Biólogo), Enilza Costa (Advogada), como convidadas externas da Semas, estiveram presentes Tatilla Brito Pamplona (Procuradora do Estado), Indara Aguilar (Advogada) e Rosa Maria da Luz Mendes (Coordenadora de Indústria, Comércio, Serviços e Resíduos – CIND). **Justificaram a ausência:** Juliana Nobre Soares, membro titular (Prefeitura Municipal de Barcarena); Marcelo Moreno, membro suplente (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará – Semas); Vera Lúcia Brito Nascimento, membro suplente (1ª Representação da Sociedade Civil); Rosenilda Santana Evangelista, membro suplente (2ª Representação da Sociedade Civil); Gracilene Barreto da Costa, membro Suplente (3ª representação da Sociedade Civil); Vagner Carvalho Ferreira, membro titular, e Ereny dos Anjos Barbosa (10ª Representação da Sociedade Civil). Além destes participantes, representando a secretaria executiva do Comitê, estavam as seguintes pessoas: Edane França Acioli, Raphael Castro, Paulo Vitor Pantoja Dias e Vanessa Silva (IEB). Os membros presentes receberam a formalização do convite via E-mail, expedido pela secretaria executiva do Comitê, em 22 de março de 2023, onde também constava a data e a pauta desta reunião, aprovadas durante a reunião do dia 31 de janeiro de 2023. Antes do início da pauta, Edane Acioli faz uma breve explicação com instruções iniciais acerca da dinâmica de reuniões em espaços virtuais. Dando início aos trabalhos, é declarada a abertura da 29ª reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC. Adentra-se ao primeiro ponto de pauta, que, em virtude da presença de convidados externos, foi

invertida, iniciando-se com o item: **2) Atualização de itens do TAC 2.1) Apresentação da empresa Ambipar, responsável pelo item 5.1 do TAC (Auditoria do Plano de Ação de Emergência).** Edane relembra que, conforme é previsto no fluxo de contratação das empresas que realizarão as auditorias e estudos, a primeira fase consiste na apresentação das empresas recém-contratadas ao Comitê de Acompanhamento. A partir desse cronograma de apresentação, a empresa Ambipar está sendo recebida como convidada na 29ª reunião do CA. Alessandro Trazzi recebe a palavra e inicia informando que a sua apresentação será dividida em duas partes: **1) Apresentação da empresa Ambipar e 2) Apresentação sobre a auditoria do item 5.1 do TAC.** Alessandro se apresenta frisando que faz parte da empresa **Ambipar Group**, contratada para auditar o item 5.1 do TAC. Alessandro informa que a empresa é líder em gestão ambiental no Brasil e na América Latina, sendo uma empresa multinacional brasileira, sediada em São Paulo, mas com atividade em 40 países. **A Ambipar atua em duas vertentes principais:** Uma frente direcionada para o meio ambiente e outra direcionada à emergência ambiental. A primeira frente atua na gestão da cadeia de resíduos, com foco na maior redução possível de resíduos, para isso, a empresa dispõe de um centro de desenvolvimento de produtos, em parcerias com outras empresas, voltado para a economia circular, que objetiva reaproveitar os resíduos. A segunda frente atua através de mais de 200 bases em todo o país, tendo disponíveis veículos, equipamentos e pessoas treinadas para dar uma resposta ágil e eficiente para todos os tipos de emergência, como acidentes com veículos com carga, carga perigosa, derrame de óleo, entre outros, além de desenvolver relatórios de impacto ambiental, monitoramento ambiental, monitoramento de fauna, avaliação de passivos ambientais e de auditorias ambientais. Alessandro destaca que a Ambipar possui as normas 9001, 14001, 45001 da Organização Internacional para Padronização (International Organization for Standardization - ISO) e que é signatária do pacto global com compromissos feitos junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e aos demais signatários focados em atuações de responsabilidade social, como ética, doações, participações em ações voltadas às comunidades, entre outros. Alessandro compartilha, em tela, uma série de vídeos curtos que ilustram as diversas áreas de competência da [Ambipar](#). Alessandro passa ao **segundo ponto da sua apresentação**, onde inicia falando sobre o planejamento da auditoria que será executada e que objetiva avaliar os planos de ação emergencial que estão em prática pelas empresas Hydro e Alunorte, do ponto de visto técnico e normativo. Alessandro apresenta uma síntese do cronograma que ilustra todo o processo de auditoria para item 5.1. Alessandro explica que a auditoria teve a sua primeira reunião técnica com as partes signatárias no mês de fevereiro; e em março, se iniciou o levantamento e a avaliação de dados e documentos, além da realização da apresentação da Ambipar aos membros do CA do TAC; e para o mês de abril, Alessandro informou a previsão de uma visita técnica da equipe auditora à Barcarena, em seguida, Alessandro comunica que o período para a elaboração dos relatórios de auditoria estava programado entre os meses de abril a julho, a apresentação do cronograma foi concluída com a informação de que o período de finalização dos trabalhos está previsto para o mês de agosto de 2023. Alessandro reforça que a auditoria já foi iniciada no mês de fevereiro de 2023 e que a etapa corrente é uma extensa avaliação da documentação pertinente para o

funcionamento do plano e depois se avaliará como é o andamento desse plano em uma visita às instalações das empresas. Alessandro conclui a sua apresentação recapitulando as fases que a auditoria terá, dividindo-a em três grandes áreas de atuação: **Análise e avaliação do plano de ação de emergência dos depósitos de resíduos sólidos 1 e 2; Análise do plano de ação de emergência ligado ao processo produtivo e efluentes da Alunorte (Refinaria), e avaliação do plano de gerenciamento de risco da Alunorte (Refinaria).** Todas essas avaliações terão como resultado os seguintes produtos: **Relatório de Auditoria do Plano de Ação Emergência do DRS 1; Relatório de Auditoria do Plano de Ação Emergência do DRS 2; Relatório de Auditoria do Plano de Ação Emergência da Refinaria; Relatório de Auditoria do Plano de Gerenciamento de Risco da Refinaria e Relatório Técnico Final,** com previsão de conclusão dos trabalhos para o mês de agosto de 2023. Após o término da apresentação da empresa Ambipar, Jackeline Sales solicita a palavra e pergunta se a auditoria prevê a análise da área do porto, utilizado pela Hydro Alunorte, e se a empresa já possui uma equipe em Barcarena. Enilza Costa responde que a Ambipar possui uma equipe multidisciplinar, onde parte está sediada no município de Vitória (ES) e nos estados São Paulo e Rio de Janeiro, e que esta equipe está fazendo uma análise de toda documentação necessária para a elaboração dos relatórios. Enilza informa que está prevista, entre os dias 18 a 20 de abril, uma visita às instalações da Alunorte para verificação geral e conferência da documentação enviada com a legislação brasileira, federal, estadual e municipal, para avaliar se estes itens estão compatíveis com a documentação e com a infraestrutura da refinaria, confirmando se isso está sendo aplicado pela empresa. Enilza conclui informando que a área referente ao porto de Vila do Conde, onde as empresas possuem atividades portuárias, não faz parte da verificação prevista na auditoria, de acordo com o seu termo de referência. **Jackeline Sales solicita que os signatários enviem resposta a esta dúvida, por e-mail, aos membros do CA, com prazo de resposta definido, inicialmente, para 20 dias.** Mário Santos reforça a solicitação de Jackeline Sales, dizendo que é importante para os moradores obterem mais informações sobre a seguridade das atividades das empresas no porto de Vila do Conde. Mário pede que, seja reservado maior tempo, durante as reuniões do CA, para as ocasiões onde houver a apresentação de uma nova empresa contratada, para que a sociedade civil tenha tempo suficiente para tirar suas dúvidas. Acrescenta que, caso a empresa tenha colaboradores no estado, que eles sejam convidados a participar da execução da auditoria e ressalta a importância da participação de profissionais da Amazônia na auditoria dos planos de ação de emergência. Mário Santos conclui pedindo que as comunidades sejam avisadas previamente quando a equipe da Ambipar for a campo, para que a movimentação não assuste os moradores próximos e pergunta se há placas de sinalização das rotas de fugas dentro da refinaria da Alunorte e solicita que a apresentação feita pela empresa seja enviada aos membros do CA, **o que fica registrado como encaminhamento.** Pascoal Cataldi informa que há outras empresas na região e que a Hydro e a Alunorte possuem carros de brigadas que passam pelas comunidades, existem simulados previstos, mas eles são tratados previamente com as comunidades. Pascoal finaliza respondendo que existe o sistema de placas indicando rotas de fuga dentro das empresas. Edane agradece a participação dos convidados da Ambipar e passa ao próximo

ponto da pauta **2) Atualização de itens do TAC 2.2) Apresentação do status do Item 2.1.1 C do TAC (Estudos epidemiológicos)**. Rafael Novaes inicia sua apresentação trazendo uma memória geral do processo em andamento para a seleção e contratação da empresa para fazer os estudos epidemiológicos. Rafael explica que estão na etapa do processo chamado de diagnóstico do fornecedor, que atualmente se encontra na fase de Diagnóstico e Homologação das proponentes. Rafael explica que, inicialmente, os editais são públicos, que qualquer empresa, entidade, fundação ou associação pode participar, para isso a empresa deve fazer o seu cadastro em um [site](#) específico (plataforma *Superbuy*) e fazer a sua inscrição, onde a interessada deverá disponibilizar todo e qualquer documento necessário a sua constituição, para que ela esteja apta a avançar para o processo de homologação, que ocorre após a validação de parâmetros como: sistema de gestão, de segurança, saúde, meio-ambiente, responsabilidade social, etc. Essa aprovação que envolve todas as partes signatárias, incluindo, dessa forma, Semas, MPF e MPPA. A etapa de diagnóstico e homologação se inicia com a equipe de suprimentos da Hydro, elaborando um relatório com informações sobre todas as interessadas inscritas, isso inclui a consulta ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), pesquisa de conformidade, onde é pesquisado se a interessada tem algum processo na justiça, se cumpre as normas estabelecidas no país, etc. Pesquisas fiscais, onde se verificam as certidões federais, estaduais, certidões trabalhistas e afins. A equipe de suprimentos da Hydro também realiza uma pesquisa sobre a compatibilidade do serviço exigido no edital com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) das interessadas, onde serão verificados se os certificados estão em conformidade com as atividades descritas no termo de referência. Após todo esse processo, se a interessada não alcançar a nota final sete, ela não é considerada apta para permanecer no certame. Após esse processo, a equipe de suprimentos gera uma lista com as proponentes habilitadas para avaliação e/ou recomendações dos Ministérios Públicos, caso não haja nenhum impedimento em alguns desses itens anteriores, é que se solicita a emissão de uma proposta técnica e comercial das interessadas que foram aptas a avançar para a fase de seleção, que ocorre após a etapa de diagnóstico e homologação. Rafael Novaes conclui sua apresentação, informando que os documentos sobre esse processo do item 2.1.1 C das empresas homologadas, já foram protocolados e estão em processo de análise pelos ministérios públicos e Semas. Após a apresentação, inicia-se o debate. Jackeline Sales pergunta a Rafael Novaes se a contratação da empresa para realizar os estudos epidemiológicos aguarda avaliação da Semas e dos Ministérios Públicos. Rafael responde que sim, a Hydro enviou, aos Ministérios Públicos e Semas, as propostas técnicas enviadas pelas concorrentes e aguarda a devolutiva dos mesmos. Eduardo Gonçalves pede a palavra e complementa que, depois que o processo é protocolado junto ao Ministério Público, os documentos passam por uma análise de conformidade dentro da instituição, onde uma assessoria técnica faz uma análise de diversos itens, como sobre os dados das pessoas físicas e jurídicas que estão envolvidas no processo de seleção, junto a uma correlação onde se verifica se alguém responde por processo junto ao Ministério Público, se possui alguma condenação na justiça, por exemplo, esse procedimento é feito para se evitar qualquer tipo de irregularidade ou conflito de interesse, assim, informa que esta análise também já foi

finalizada pelo MPF. Eduardo informa que o processo está na fase de análise das propostas técnicas das interessadas, lembra que o comitê técnico do TAC presta assistência aos signatários, sempre que é necessário discutir aspectos além dos jurídicos dentro de cada item do TAC, mas não há dentro do comitê técnico nenhum especialista em estudos epidemiológicos, no entanto, existe a previsão em um aditivo do TAC de contratação de consultorias especializadas, quando há necessidade, assim, ocorreu o convite à Fundação Getúlio Vargas (FGV) para que possa realizar a análise das propostas técnicas enviadas pelas concorrentes interessadas, dessa forma, o MPF aguarda a resposta da FGV ao ofício enviado no dia 15 de fevereiro do corrente, para dar seguimento ao processo de análise. Eduardo conclui, informando que todas as tratativas que são tomadas pelos signatários são feitas em conjunto, estando a Semas ciente e de acordo com a contratação da consultoria técnica que auxiliará no cumprimento do TAC. Elidiane Cardim pede a palavra e solicita celeridade ao processo e que haja, no corpo técnico da empresa contratada, um médico especialista toxicologista. Jackeline Sales pergunta se a empresa contratada receberá maior nota de avaliação se na sua equipe possuir um especialista em toxicologia. Diego Chevalier informa que, no termo de referência dos estudos epidemiológicos foram exigidos que a proponente apresentasse em sua equipe médicos especialistas em toxicologia e epidemiologia. Fabiano Azevedo pergunta se o Laboratório de Química Analítica e Ambiental (Laquanam) e o Instituto Evandro Chagas também foram convidados para fazer a consultoria técnica aos signatários. Eduardo Gonçalves responde que poderá, em momento posterior a reunião, verificar se o convite foi estendido às instituições, dando o retorno aos membros, por e-mail, **o que fica registrado como encaminhamento**. Diogo Chevalier pede a palavra e complementa que os laboratórios da região não apresentam conformidade para realizar todos os exames necessários para satisfazer a demanda exigida no termo de referência, pois alguns dos exames são específicos e, geralmente, precisam ser realizados em laboratórios de fora do estado por terem o equipamento adequado. Elidiane Cardim pergunta se os estudos pretéritos sobre metais pesados na população de Barcarena que foram realizados pelas instituições como Laquanam e Evandro Chagas serão considerados. Diogo responde que existe uma etapa inicial no termo de referência onde todos os trabalhos secundários já realizados, já produzidos sobre o tema, serão avaliados. Jackeline Sales pergunta se instituições como Laquanam e Evandro Chagas não são acreditadas e se, após o término do estudo epidemiológico, a população receberá atendimento médico imediato ou se será necessário aguardar que os outros estudos sejam concluídos para que a população possa receber atendimento. Diogo Chevalier responde que essas instituições citadas não possuem a certificação ISO 17025, que é um certificado que comprova que o laboratório executa suas atividades com precisão e entrega resultados de alta qualidade, não possuindo, assim, um sistema inteiramente rastreável, fazendo com que, as análises realizadas por essas instituições não sejam certificáveis, explicando que, se os dados de uma análise não são acreditados, se não puderem ser certificados, não poderão ser usados como uma referência direta. Dessa forma, não é possível considerá-los como referências diretas para um estudo, mas serão considerados como referências indiretas. Diogo conclui dizendo que o foco do estudo epidemiológico é verificar se há impacto nas

comunidades associado aos eventos ocorridos em 2018, e que, o suporte médico é uma etapa posterior à conclusão do estudo epidemiológico, que atuará de forma individualizada, já que os tratamentos deverão ser diferenciados para cada indivíduo. Fátima Solange pergunta se a sociedade civil, em geral, terá acesso aos relatórios elaborados através do estudo. Diogo responde que está previsto no termo de referência do estudo um plano de comunicação com a sociedade civil que irá demonstrar e explicar como as atividades serão realizadas, através do plano de trabalho que será apresentado pela empresa que será contratada, também haverá informações periódicas que serão enviadas aos membros da sociedade civil do CA e à sociedade civil em geral. Edane relembra que está previsto no fluxo de acompanhamento das auditorias e dos estudos, onde as contratadas farão uma apresentação no começo, durante e ao fim dos estudos e auditorias ao Comitê de Acompanhamento do TAC. Jackeline Sales pergunta quantas empresas se inscreveram no processo. Rafael Novaes responde que foram contatadas 26 potenciais interessadas, onde três demonstraram interesse em participar do processo, realizando suas inscrições. Edane agradece aos convidados e avança para os demais pontos da reunião, que foram invertidos, em virtude da presença de convidados externos, dessa forma, passa-se ao ponto **1) Temas ordinários: 1.1) Aprovação da ATA da 28ª Reunião (31.01.2022)**. Paulo Pantoja informa que a secretaria executiva recebeu somente correções das signatárias Hydro e Alunorte e compartilha em tela as revisões, explicando que as correções se referiam à grafia de algumas palavras, não havendo correções na estrutura da ata. Não havendo objeções dos membros presentes, a ata da 28ª reunião do CA é considerada aprovada. Passa-se ao ponto **1.2) Leitura de encaminhamentos pendentes: 1.2.1) Estruturação e funcionamento do Comitê de Acompanhamento (Regimento Interno)**. Edane informa que durante a capacitação com a sociedade civil, no dia 18/03/2023, a secretaria executiva trouxe algumas sugestões para se concluir a pendência sobre os anexos do Regimento, como a sugestão de propor algumas opções de redação para o termo “Independente” e de que a Lei Geral de Proteção de Dados seja anexada como detalhamento do termo “Protegidas por lei”, que estão pendentes pelos membros do CA, com prazo de 20 dias para o seu tratamento, que será feito via e-mail. Não havendo discordância **fica encaminhado que a secretaria executiva do TAC fará o encaminhamento do tratamento dos referidos anexos junto aos membros do CA**. Passa-se ao ponto **1.2.2 Atualização sobre o Plano de Aplicação para o recurso das multas depositados no Fema**. A procuradora do estado e convidada da Semas, Tatilla Brito Pamplona, se apresenta, informando que está lotada na Semas, na área de consultoria jurídica, sendo convidada para informar sobre os últimos encaminhamentos que foram dados ao recurso oriundo das multas pagas pela Alunorte e depositadas no Fundo Estadual de Meio Ambiente (Fema), que estavam sendo alinhados para a elaboração de um edital público para que uma ou mais entidades pudessem fazer a gestão de parte do recurso em edital com algumas linhas de ação para as comunidades. Tatilla diz que o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, José Mauro de Lima O'de Almeida, ainda não tinha conhecimento da minuta que circulou entre o CA e o comitê gestor do plano de aplicação para os recursos depositados no Fema, tendo este orientado que o edital voltado para os projetos das comunidades fosse executado pelo Fundo da

Amazônia Oriental (FAO), criado pelo Decreto 346 e sendo um fundo privado, mas que, assemelha-se à estrutura de gestão público-privada, pois, o seu comitê gestor possui membros do governo do estado, como o Governador do Estado do Pará, Helder Barbalho. Dessa forma, a etapa de elaboração do edital de chamamento de projetos das comunidades seria executada pelo FAO, assim, não seria necessário fazer a licitação para concorrência de instituições que fariam a gestão do recurso, fazendo uma etapa mais direta para o edital para as comunidades. Tatilla explica que o FAO poderá fazer a contratação de outras entidades que atuem na gestão dos editais das diversas linhas de ação desde edital, tudo sendo supervisionado pelo comitê gestor do FAO, com as informações de transparência sendo repassadas pelas diversas regulamentações do FAO, onde também, seriam realizadas audiências públicas para que as comunidades possam definir suas propostas. Rosa Mendes, também convidada da Semas, complementa que o edital de chamamento ainda está em fase de construção, sendo necessário que se faça todos os ajustes legais referentes às linhas de atuação e às estruturas dos projetos que seriam elaborados pelas comunidades, sendo programada uma audiência pública para que a sociedade civil apresente todas as questões que achar pertinente e para que se tenha completa transparência em relação à construção e execução dos editais. Fátima Solange pergunta se as comunidades que não fazem parte do grupo de comunidades tradicionais ou quilombolas poderão fazer o envio de projetos para o edital destinado às comunidades. Tatilla responde que deverá ocorrer uma audiência pública para a definição de quais projetos deverão ser beneficiados com o valor dos recursos depositados no Fema, que os projetos precisam ser, primeiramente, definidos para que os valores do plano de aplicação sejam executados. Edane Acioli frisa que a apresentação e respostas realizadas pela procuradora Tatilla Pamplona destoam das informações que vem sendo apresentadas ao CA pelos representantes da Semas e registradas em ata de reuniões pretéritas sobre o tema, assim, na ausência dos representantes da Semas no CA, que acompanham a questão desde o início e devido ao avançar do horário regulamentar da reunião, orientou que as perguntas dos membros forem realizadas e registradas para registro em ata e envio à Semas, posteriormente. Rosa Mendes pede a palavra e esclarece que no edital destinado às comunidades, seriam definidas linhas de ação, e que os projetos recebidos das comunidades seriam classificados dentro de uma das linhas de ação previstas do edital, dessa forma, seriam avaliados os projetos de acordo com esse parâmetro previsto no edital. Tatilla complementa que a audiência pública seria feita para que sejam definidas as linhas de atuação e de projetos para que se possa, posteriormente, avançar para a etapa de gestão da execução desses projetos pelo FAO. Elidiane Cardim pede a palavra e diz que as informações trazidas pela procuradora Tatilla Pamplona não foram repassadas ou apresentadas aos membros do comitê gestor do plano de aplicação em suas reuniões periódicas realizadas com o representante da Semas no CA. Jackeline Sales solicita a palavra e pontua que as informações trazidas por Tatilla não dialogam com o que foi se construindo, de maneira coletiva, durante os debates sobre o tema nas diversas reuniões do CA. Jackeline diz que a sociedade civil entende que a Semas não possui um corpo técnico suficiente para atender a gestão de todo o recurso depositado no Fema e, por isso, se iniciou o diálogo que culminou com o entendimento de descentralizar o recurso, com a

abertura do edital para ampla concorrência de entidades interessadas em fazer a gestão de parte inicial do valor, que seria definida para a primeira chamada de projetos das comunidades, sendo esta etapa muito importante para a lisura e transparência do processo. Jackeline pontua a ausência de mais informações sobre as experiências do FAO na gestão de recursos e projetos durante a apresentação da convidada e frisa que o edital deverá prever uma diferenciação entre as comunidades que estão mais próximas da refinaria, das que estão localizadas mais distantes. Jackeline argumenta também, que as comunidades já possuem uma experiência na participação de editais para envio de projetos, onde este processo fora construído a partir das falas dos moradores das comunidades, frisando que a representação da sociedade civil do CA, a qual é titular, já fez o envio, via e-mail de sugestões para o plano de aplicação, haja vista que as comunidades possuem realidades diferentes e deverá fazer demandas diferentes, sendo necessário avaliar cada situação em específico, no momento da construção de um edital para projetos. Jackeline faz algumas perguntas: 1) O que é o Fundo da Amazônia Oriental?; 2) Quais são as experiências do FAO na gestão de recursos? 3) Qual entidade faz a gestão do FAO? 4) Qual é a projeção anual para a aplicação dos valores depositados no Fema. Não havendo tempo suficiente para dar continuidade às questões e respostas da Semas, **Edane registra que a convidada Tatilla Pamplona solicita que seja encaminhado à Semas um ofício com as questões, para que a Semas possa respondê-las.** Edane agradece aos convidados da Semas e avança para o ponto **3) Pauta e data da próxima reunião.** Edane informa que, durante a capacitação com a sociedade civil do TAC, realizada no dia 18/03/2023, houve a sugestão de que a pauta para a próxima reunião do CA, seja sobre o item 8.13 do TAC, referente ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento a partir do resíduo da Bauxita. Edson Maciel informa que não há impedimento por parte das empresas para o tema de pauta sugerido. Dessa forma, a próxima reunião ordinária ocorrerá em formato virtual com a seguinte pauta principal definida: **1) Atualização de itens do TAC, 2.1) Apresentação do status do item 8.13 do TAC (Programa de Pesquisa e Desenvolvimento a partir do Resíduo a Bauxita).** Ficando agendada para o dia 30 de maio de 2023, às 14h30. Após as manifestações dos presentes, foi dada por encerrada a reunião às 17h45, o IEB, na condição de Secretaria Executiva, lavrou a presente ata.